



## **A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO NAS UNIVERSIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE A ATIVIDADE DE EXTENSÃO**

**Arielle Lopes de Almeida**

Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC)  
[ari.lopes101@gmail.com](mailto:ari.lopes101@gmail.com)

**Ieda Pelógia Martins Damian**

Universidade de São Paulo (USP)  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
[iedapm@usp.br](mailto:iedapm@usp.br)

**Resumo:** A gestão do conhecimento, a Mediação da Informação e a Educação Universitária necessitam de relações sociais que levem ao compartilhamento de conhecimento e, na sequência, a criação de novos conhecimentos. Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa é identificar e contextualizar as inter-relações entre os conceitos gestão do conhecimento, Mediação da Informação e Educação Universitária. Para tanto, se utiliza como procedimentos metodológicos o mapa conceitual e análise de entrevistas. Trata-se de estudo desenvolvido a partir de entrevistas realizadas com professores universitários no contexto das atividades de extensão na Universidade Federal de Goiás. Foi possível identificar a criação de conhecimento e a interação social como elementos importantes para as atividades de Gestão do Conhecimento, a Mediação da Informação e a Educação Universitária. Além disso, verificou-se que a inter-relação dos conceitos abarcados por este estudo fortalece o aprendizado nas universidades, uma vez que apresenta ações interdependentes.

**Palavras-Chave:** Gestão do conhecimento; Mediação da Informação; Educação Universitária; Extensão universitária.

### ***MEDIATION OF INFORMATION IN KNOWLEDGE MANAGEMENT PRODUCED IN UNIVERSITIES: A REFLECTION ON THE UNIVERSITY EXTENSION ACTIVITIES***

**Abstract:** Knowledge management, mediation of information and university education require social relations that lead to knowledge sharing and, following, the creation of new knowledge. Given this context, the objective of this research is to identify and contextualize the interrelations between the concepts of knowledge management, mediation of information and university education. To this end, the investigation uses, as methodological procedures, the conceptual map and analysis of interviews. The study is developed from interviews with university professors in the context of extension activities at the Federal University of Goiás. We identified knowledge creation and social interaction as important elements for Knowledge Management, Mediation of Information and University Education. Furthermore, it is shown that the interrelation of the concepts addressed by this study deepens learning in universities as they are interdependent.

**Keywords:** Knowledge management; Mediation of Information; University education; University Extension.

**LA MEDIACIÓN DE LA INFORMACIÓN EN LA GESTIÓN DEL CONOCIMIENTO  
PRODUCIDO EN LAS UNIVERSIDADES: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ACTIVIDAD DE  
EXTENSIÓN**

**Resumen:** La gestión del conocimiento, la mediación de la información y la educación universitaria necesitan relaciones sociales que lleven a compartir el conocimiento y, en la secuencia, a la creación de nuevos conocimientos. Dado este contexto, el objetivo de esta investigación es identificar y contextualizar las interrelaciones entre los conceptos de gestión del conocimiento, mediación de la información y educación universitaria. Para ello, se utilizan como procedimientos metodológicos el mapa conceptual y el análisis de las entrevistas. Se trata de un estudio desarrollado a partir de entrevistas realizadas a docentes universitarios en el contexto de las actividades de extensión de la Universidade Federal de Goiás. Se pudo identificar la creación de conocimiento y la interacción social como elementos importantes para las actividades de Gestión del Conocimiento, Mediación de la Información y Educación Universitaria. Además, se verificó que la interrelación de los conceptos tratados en este estudio fortalece el aprendizaje en las universidades, ya que presenta acciones interdependientes.

**Palabras clave:** Gestión del conocimiento; Mediación de la información; Educación universitaria; Extensión universitaria.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão do conhecimento (GC), a Mediação da Informação e a Educação Universitária necessitam de relações humanas e de compartilhamento de conhecimento para que a aprendizagem e a criação de novos conhecimentos sejam utilizados em ações e em tomadas de decisão.

Por se tratar de um recurso de fundamental importância para a criação de vantagens competitivas sustentáveis para as organizações, o conhecimento e sua gestão, representam um campo onde pesquisas e estudos devem ser desenvolvidos e aprofundados de maneira contínua, de modo a gerar benefícios a todos os agentes implicados como organizações, funcionários, colaboradores, parceiros, clientes, governos e cidadãos (DAMIAN; MORO-CABERO, 2021, p. 1).

As universidades têm importante papel no que tange a construção destes conhecimentos formalizados e na apropriação destes pela sociedade. Assim, esta pesquisa tem por objetivo identificar e contextualizar as inter-relações entre os conceitos GC, Mediação da Informação e Educação Universitária. Como justificava, destaca-se a necessidade de fortalecer a Educação Universitária por meio de inter-relação com outras áreas que, também, tem como objetivo a criação e o compartilhamento de conhecimento.

Assim, esta pesquisa é composta pelo referencial teórico sobre os conceitos de GC, Mediação da Informação e Educação Universitária, tendo este último, enfoque na criação do conhecimento de formação indissociável do ensino, pesquisa e extensão. Seguido dos procedimentos metodológicos, composto pelo mapa conceitual, criado a partir do referencial teórico e pela análise das entrevistas realizadas com docentes da Universidade

Federal de Goiás (UFG), visando identificar as inter-relações entre os conceitos apresentados e a contextualização em um ambiente universitário.

## **2 A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ABORDAGEM DA CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO**

No âmbito da GC, o termo conhecimento se apresenta de modo genérico e suscetível a distintas interpretações. Davenport e Prusak (1998) definem conhecimento como uma mistura fluida de experiências, valores, informações contextuais e *insights* que proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. O conhecimento reside na mente dos indivíduos e sua criação começa com *insight* ou intuição gerado pela motivação de realizar melhor suas tarefas (CHOO, 2003).

Nonaka e Takeuchi (1997), mesmo considerando a criação de conhecimento uma ação individual, destacam que o conhecimento não pode ser criado sem uma interação humana intensiva, a partir da internalização dos aprendizados e habilidades compartilhadas. Mas, com o intuito de aumentar o conhecimento organizacional, os autores, supracitados, desenvolveram o modelo de criação do conhecimento conhecido como “Espiral do Conhecimento”, que descreve como conhecimento tácito (conhecimento pessoal e de difícil formalização) e explícito (conhecimento formal) são amplificados em termos de qualidade e quantidade por meio da: i) socialização (conversão de conhecimento tácito em conhecimento tácito) é o processo compartilhamento de experiências, criando conhecimento tácito; ii) exteriorização (conversão de conhecimento tácito em conhecimento explícito) é o processo pelo qual o conhecimento tácito é traduzido em conceitos explícitos por meio da utilização de metáforas, analogias e modelos. A exteriorização é a atividade fundamental para a construção de conhecimento; iii) combinação (conversão de conhecimento explícito em conhecimento explícito) é o processo pelo qual se constrói conhecimento explícito reunindo conhecimentos explícitos provenientes de várias fontes. Assim, os indivíduos trocam e combinam seus conhecimentos em conversas telefônicas, reuniões, memorandos, etc.; iv) internalização (conversão de conhecimento explícito em conhecimento tácito) é o processo pelo qual o conhecimento explícito é incorporado ao conhecimento tácito. As experiências adquiridas em outros modos de construção de conhecimento são internalizadas pelos indivíduos na forma de modelos mentais ou rotinas de trabalho comuns.

Desta forma, a criação do conhecimento não ocorre no simples acesso ao conhecimento, uma vez que exige dos indivíduos competências como saber pensar; observar; questionar; aproveitar o conhecimento existente e criar novos conhecimentos para modificar a visão anterior e agregar novos componentes, gerando a aprendizagem.

O aprendizado é visto como uma atividade social, ou seja, ocorre na interação em grupos. “Grupos que aprendem, comunidades de prática, possuem características especiais. Surgem por consenso [...]. Atraídas umas às outras por uma força que é tanto social quanto profissional” (STEWART, 1998, p. 86).

Nonaka e Takeuchi (1997), definem o processo de conversão do conhecimento começando no nível individual, seguindo para o nível organizacional, proporcionando a criação e o acúmulo de conhecimento por meio de um processo dinâmico e contínuo denominado de “espiral do conhecimento”, composto por cinco condições capacitadoras:

- a) Intenção organizacional, que pode ser definida como a aspiração de uma organização às suas metas, tendo por essência o desenvolvimento da capacidade organizacional de adquirir, criar, acumular e explorar o conhecimento;
- b) Autonomia aos membros da organização, que amplia as chances de introduzir oportunidades inesperadas e possibilita a automotivação dos indivíduos para a criação de novos conhecimentos;
- c) Flutuação e caos criativo, que estimulam a interação entre a organização e o meio ambiente externo, possibilitando a exploração da ambiguidade, da redundância e dos ruídos dos sinais ambientais, aprimorando, assim, seu sistema de conhecimento;
- d) Redundância, que diz respeito às informações que transcendem as exigências operacionais imediatas dos membros da organização;
- e) Variedade de requisitos dos membros da organização, que facilita o enfrentamento de situações com o acesso rápido a mais ampla gama de informações (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Assim, segundo Valentim (2008, p. 4), a GC é:

[...] um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional/informacional e a comunicação organizacional/informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/ apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento, bem como mapear os fluxos informais (redes) existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizá-los, na medida do possível, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos (tácito) em informação (explícito), de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução e problemas e o processo decisório em âmbito organizacional.

Nessa perspectiva, a GC promove a transformação do conhecimento não estruturado em conhecimento explícito, passível de compartilhamento, assimilação e uso (VALENTIM, 2003).

A importância da GC é destacada por Damian e Moro-Cabero (2021, p. 175) quando afirmam que “por permitir a construção de vantagens competitivas sustentáveis, o conhecimento se tornou um recurso estratégico que deve ser adequadamente administrado pelas organizações, o que significa que a GC precisa ser implantada nestes ambientes.”

De acordo com Belluzzo e Feres (2003), torna-se necessário a implementação de novos modelos de gestão, centrando-se em princípios da Mediação da Informação, além do planejamento estratégico, para que possam agregar valor aos seus produtos e serviços e, assim, utilizar a Mediação da Informação como um recurso estratégico.

### 3 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Apesar de possuir múltiplos enfoques, a Mediação da Informação pode ser compreendida como algo que está presente em todas as ações do ciclo informacional, entre eles, a possibilidade de acesso à informação, criação de novos conhecimentos, solução de conflitos, entre outras.

Freire (2005 *apud* GOMES, 2014) defende a mediação como uma ação, por meio da qual o homem pode se transformar em sujeito, uma vez que, na vivência do processo de mediação, pode refletir acerca da situação vivenciada, sobre seus interlocutores, sobre o mundo e sobre si mesmo. Neste sentido, “[...] toda experiência humana é dependente das práticas de comunicação, como também da transmissão cultural, que constituem o *locus* da mediação, envolvendo um processo de compartilhamentos objetivo e intersubjetivo [...]” (GOMES, 2014, p. 48).

Na Ciência da Informação, a Mediação da Informação pode ser definida como:

toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Destaca-se que a ação de interferência é evidenciada ao compreender que o indivíduo “[...] age ativamente no momento de se apropriar da informação e que o profissional envolvido na Mediação da Informação não é neutro, pois recebe influência do leitor e o influencia também” (BORTOLIN, 2010, p. 123). Assim, a interferência nega qualquer hipótese de que o mediador, bem como as técnicas que desenvolve e o espaço em que atua sejam neutros. Ao afirmar uma possível neutralidade deste profissional, estaríamos defendendo que ele é imparcial e apolítico em seu fazer (FADEL *et al.*, 2010).

Santos Neto e Almeida Júnior (2017, p. 255) enfatizam que “[...] a mediação não é passiva, ela é intencional, ainda que não seja de modo consciente. A mediação caracteriza-se por ser colaborativa, participativa e potencialmente transformadora”. Deste modo, observa-se que na Mediação da Informação é fundamental compreender o papel do mediador, uma vez que ao “[...] desempenhar seu papel com criticidade trará contribuições importantes para que se efetive como transformador no cenário sociocultural, percebendo-se como um democratizador efetivo da informação” (SANCHES; RIO, 2010, p. 120). Nessa perspectiva, “[...] não fazemos uso da informação, mas por meio dela, alteramos, modificamos, transformamos nosso conhecimento. É com esse conhecimento transformado que nos relacionamos com o mundo” (FADEL *et al.*, 2010, p. 17-18).

Para tanto, faz-se necessário metodologias adequadas para realizar ações que ultrapassem a ideia de acesso e uso da informação para uma efetiva apropriação desta informação. A partir desta ideia, destaca-se que

[...] a apropriação da informação pode ser alterada conforme a disponibilização do conteúdo seja esta, uma falha na escrita, na falta de clareza e ou na utilização de termos demasiados específicos, ou também falhas de aspecto visual, como um anúncio muito poluído, textos com fontes extremamente pequenas ou escrito em uma língua que não seja a falada/conhecida naquela determinada região (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR; VALENTIM, 2013, p. 194).

Nesse âmbito, Rodrigues (2000, p. 84) define a mediação como um “[...] processo de interlocução ou interação entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelecem, alimentam ou restabelecem laços de sociabilidade, constituindo assim o mundo da vida. A linguagem e a acção comum são os fatores privilegiados de mediação”. Portanto, a mediação é tratada com ação humana, vinculada ao processo de construção de sentidos, tomando como referência as interações sociais e mediações simbólicas (GOMES, 2010).

A apropriação da informação depende da “[...] modificação do conhecimento, sendo assim uma ação de produção e não meramente de consumo” (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 36). A Mediação da Informação proporciona maior ou menor valor agregado à informação, dependendo não só da sua aplicação, mas, principalmente, da maneira pela qual for interpretada, gerando novos conhecimentos que, por sua vez, agregam maior valor aos mercados de negócios (OTTONICAR; BASSETTO; FERES, 2015).

Se o profissional da informação não tiver consciência sobre as questões relacionadas à interferência e à apropriação da informação pode resultar em uma

manipulação da informação, com necessidades informacionais não respondidas, se não respondidas erroneamente.

#### 4 CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NA UNIVERSIDADE

No cenário da educação, ainda se identifica um círculo vicioso ocasionado por um modelo de educação jesuítico, presente desde o início da colonização do Brasil, que concebe o ensino pela transferência de informação, ou seja, com um enfoque na reprodução de conhecimento cientificamente acumulado. Mas, em contrapartida, vem se consolidando uma proposta pedagógica em que prepondera o conhecimento como processo de construção (CUNHA, 2007).

No enfoque na reprodução, os conteúdos são universalmente definidos e se desconsidera o conhecimento prévio do discente. A qualidade do ensino é medida pela quantidade de carga horária que o discente recebe, em formato de aula e/ou das atividades acadêmicas que desenvolve. Por fim, é esperado que os discentes saibam repetir, com propriedade e fidedignidade, as informações que receberam (CUNHA, 2007). Nesse sentido “[...] o conhecimento acaba se transformando numa simples informação que o aluno retém até o momento do exame ou da verificação” (ANASTASIOU, 2006, p. 155).

Por outro lado, o enfoque na construção de conhecimento evidencia que o discente possui saberes prévios, sendo estes “[...] a matriz das novas experiências de aprendizagem. Concebe o conhecimento em movimento e sempre inacabado [...]. Defende uma aprendizagem que exige interação entre as condições sociocognitivas e culturais dos estudantes e o conhecimento a ser construído” (CUNHA, 2007, p. 170).

A construção de conhecimento é um momento importante para o desenvolvimento do discente, tanto no que se refere ao constructo teórico, quanto em relação a sua *praxis*, visando superar sua visão inicial, caótica, sincrética sobre o objeto do conhecimento (ANASTASIOU, 2003). Assim, a produção de conhecimento possibilita que docentes e discentes interfiram direta e indiretamente sobre a realidade social, a partir de necessidades nela identificadas, numa dinâmica que reconhece a prática social como importante critério valorativo do que se produz, tanto em relação aos conhecimentos, bens e serviços, quanto em relação às capacidades desenvolvidas nos formandos (MARTINS, 2008).

É fundamental a mudança da transmissão de conhecimento para construção do conhecimento, por meio da mediação docente, que prepara e dirige as atividades e as ações necessárias e buscadas nas estratégias selecionadas, levando os alunos ao desenvolvimento de processos de mobilização, construção e elaboração da síntese do

conhecimento (VASCONCELLOS, 1994).

A construção de conhecimento é um momento de desenvolvimento operacional de atividade do aluno, de sua *práxis*, que pode ser predominantemente perceptivo, motor ou reflexivo (ANASTASIOU, 2003). Pimenta e Anastasiou (2002) apresentam algumas categorias que podem orientar na construção do conhecimento: a) a significação, definida como o estabelecimento de vínculos e nexos do conteúdo com base no conhecimento prévio dos discentes; ii) a problematização, presente quando, na origem do conhecimento, está presente um problema; iii) a *práxis*, que se refere a ação do sujeito sobre o objeto a ser conhecido; iv) a criticidade, cujo conhecimento deve estar ligado a uma visão crítica, a fim de ir além das aparências; v) a continuidade – ruptura, para que o discente possa construir uma síntese que represente o conhecimento mais elaborado, rompendo com o conhecimento sincrético; vi) a historicidade, para que se possa relacionar o conhecimento histórico com a situação atual; e vii) a totalidade, que, por meio da análise, articula o conhecimento com a realidade, seus determinantes e seus nexos internos.

Como proposta para a construção do conhecimento, destaca-se a educação com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

## **5 A INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão “[...] reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos discentes e o significado social do trabalho acadêmico” (ANDES, 2013, p. 50).

No caso da Educação Universitária, se destaca o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil que dispõe que “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Para se consolidar como princípio constitucional, faz-se necessário que a indissociabilidade tenha por significado “[...] algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo” (TAUCHEN, 2009, p. 93).

Entretanto, é recorrente a afirmação de que a indissociabilidade não ocorre efetivamente. Um dos maiores entraves para a concretização da indissociabilidade está na visão dicotômica, taylorista, dos processos nela envolvidos, pela qual ensino, pesquisa

e extensão convertem-se em atividades em si mesmas, dotadas inclusive, de distintos *status* acadêmicos (MARTINS, 2008).

[...] na prática, a pesquisa é considerada geralmente descolada do ensino e com vinculação quase que exclusiva com a pós-graduação. A análise da prática e a elucidação da teoria encaminham a ideia de que o ensino só será indissociável da pesquisa quando for construído um novo paradigma de ensinar e aprender que, ao emergir da crítica teórica ao positivismo, estabeleça um novo estatuto científico-social, com repercussão na organização de currículos e nos espaços acadêmicos de ensinar e aprender (CUNHA, 2007, p. 172).

A indissociabilidade, conforme Bourdieu (2003), será efetiva somente quando houver investidores nela, nos mais diferentes sentidos do termo investimento, e que lhes destinem seus recursos e persigam seus objetivos, contribuindo, assim, para seu próprio antagonismo, para conservar estruturas ou, sob certas condições, para transformá-las.

No princípio da indissociabilidade, o ensino deve ser considerado em todos os aspectos da vida acadêmica (ANDES, 2013). Assim, os processos de ensino precisam superar os limites das disciplinas, por meio de estratégias que recorram às investigações, ao estudo de temas, a resolução de problemas, a projetos integrativos etc. (ANASTASIOU, 2003). No entanto, sem a prática de pesquisa, o ensino destina-se apenas a profissionalizar mediante o repasse de informações, de técnicas e habilitações pré-moldadas, limitando-se, assim, a conferir uma certificação burocrática e legal ocasionando na ineficácia do ensino universitário (SEVERINO, 2007).

Já a pesquisa incentiva a dúvida. “[...] A dúvida é sua companheira permanente e o erro é considerado importante no processo de construção do conhecimento. O conhecimento é sempre provisório, um processo que se refaz a cada momento” (CUNHA, 2007, p. 173). Assim, “no processo de pesquisa está o genuíno contato pedagógico, transformada em ambiente de trabalho conjunto, implicando na mesma matriz a qualificação do e pelo conhecimento e sua humanização constante e radical” (DEMO, 2003, p. 66).

Por fim, a formação universitária não é constituída apenas de conhecimento-técnico-científico, pressupõe também uma inserção no social, destinada à tomada de consciência. Quando a formação universitária se limita ao mero repasse de informações, está colocando o saber a serviço do fazer (SEVERINO, 2007). “Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage” (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 15-16).

Assim, devido à sua importância, a extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes, além de propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade (ANDES, 2013).

Devido ao seu valor na formação integral, a extensão precisa ser articulada com as outras atividades: o ensino e a pesquisa. Assim, o próprio ensino e a pesquisa serão vistos como uma prestação de serviço à sociedade, uma vez que a universidade passará a desenvolver as pesquisas que a sociedade necessita (SAVIANI, 1987).

Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente é necessário que se considere a mão inversa também. Com efeito, é a sociedade que vai colocar os problemas; e é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à universidade transformar os objetos de suas pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade (SAVIANI, 1987, p. 55).

Assim, a extensão deve ser “[...] um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade” (UNESP, 2000). Neste contexto:

A extensão se torna exigência intrínseca do Ensino Superior em decorrência dos compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade, uma vez que tais processos só se legitimam, inclusive adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo. (SEVERINO, 2007, p. 31).

É de responsabilidade da universidade devolver à sociedade um pouco daquilo que foi retirado dela, porquanto a universidade depende da sociedade, tanto de recursos financeiros, quanto para compreensão da realidade social que a comporta. Por isso, a extensão precisa ser trabalhada como a articulação da universidade com a sociedade,

[...] de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integram determinado curso objetivando se formar numa determinada profissão (SAVIANI, 1987, p. 48).

Cabe à universidade socializar seus conhecimentos, tornando senso comum, assim “[...] numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade” (SAVIANI, 1987, p. 48).

Porém, a universidade, geralmente, se encontra distanciada da sociedade. “Ela se volta muito para dentro de si mesma e não contribui para que o nível cultural da sociedade eleve. Ela se dedica, por vezes, a pesquisas não muito relevantes socialmente e a um ensino também não muito relevante socialmente” (SAVIANI, 1987, p. 48-49).

Este distanciamento ocorre, de acordo com Gonçalves (2015), devido a pequena importância da extensão na seleção de novos docentes, nos processos de avaliação ou de progressão funcional, ou, ainda, com menor número de bolsas institucionais, ou com bolsas com menor valor, entre outros.

Santos (2000) destaca que, em uma sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de pesquisa e de ensino. Pois, “[...] na acepção estabelecida para a Extensão, a indissociabilidade é compreendida como a vinculação das atividades extensionistas às de formação e às de produção de conhecimento, promovidas pela Universidade” (GONÇALVES, 2015, p. 1249).

Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão confirma,

[...] uma aproximação mais orgânica da universidade com a sociedade como condição para uma formação teórico-crítica indispensável ao sujeito prático. Mas uma formação que implique o questionamento da realidade, isto é, o exercício permanente do raciocínio pelo qual se extrai, de relações inteligíveis já alcançadas, uma nova relação. Que apreenda os desafios epistemológicos em unidade com a realidade histórico-social que os sustenta e na qual seus fundamentos devem ser desvelados (MARTINS, 2008, p. 83).

Destaca-se, portanto, que a indissociabilidade não esteja isolada em cada disciplina, pois devido a limitação de carga horária para cada disciplina, a indissociabilidade carece de ser pensada coletivamente. A indissociabilidade pode ser mais efetiva se for aprofundada em cada disciplina em um processo contínuo, pois se limitada à disciplina, será limitada também ao que é aplicável imediatamente, sendo que nem toda pesquisa é imediata, direcionando a criação de conhecimentos a uma visão fragmentada.

## **6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória com uma abordagem qualitativa.

Com objetivo de inter-relacionar os conceitos, desenvolveu-se um mapa conceitual a partir do referencial teórico e, a partir deste, foi possível a criação de um roteiro semiestruturado para a coleta de dados com entrevistas com os docentes da UFG. A escolha da UFG foi impulsionada pela sua missão de “[...] gerar, sistematizar e socializar o

conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade” (UNIVERSIDADE..., 2015).

Foram estabelecidos como população, os professores doutores que atuavam no ensino de 3º grau, com atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, nos campi de Goiânia, com jornada de 40 horas ou dedicação exclusiva. No momento da entrevista, em 2018, havia um total de 1320 doutores. Assim, para a definição do volume da amostra, considerou o erro amostral de 10% e um nível de confiança de 5%, o que totalizou 59 entrevistas. Como a amostra foi estratificada por departamentos, houve a necessidade de arredondar o total de sujeitos por departamento, totalizando 60 sujeitos entrevistados.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

### 7.1 A Mediação da Informação na gestão do conhecimento produzido nas universidades

O conhecimento reside na mente dos indivíduos e sua criação começa com *insight* ou intuição gerado pela motivação de realizar melhor suas tarefas (CHOO, 2003). Mesmo conhecimento residir na mente dos indivíduos, não pode ser criado sem uma interação humana intensiva, a partir da internalização dos aprendizados e habilidades compartilhadas (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). O aprendizado é visto como uma atividade social, ou seja, ocorre em grupos (STEWART, 1998).

A GC é um conjunto de atividades que visa propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/ apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento de modo a subsidiar a tomada de decisão (VALENTIM, 2008).

Torna-se necessário a implementação de novos modelos de gestão e, assim, utilizar a Mediação da Informação como um recurso estratégico (BELLUZZO; FERES, 2003).

A Mediação da Informação é definida como toda ação de interferência visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Portanto, a mediação é tratada com ação humana, vinculada ao processo de construção de sentidos, tomando como referência as interações sociais e mediações simbólicas (GOMES, 2010).

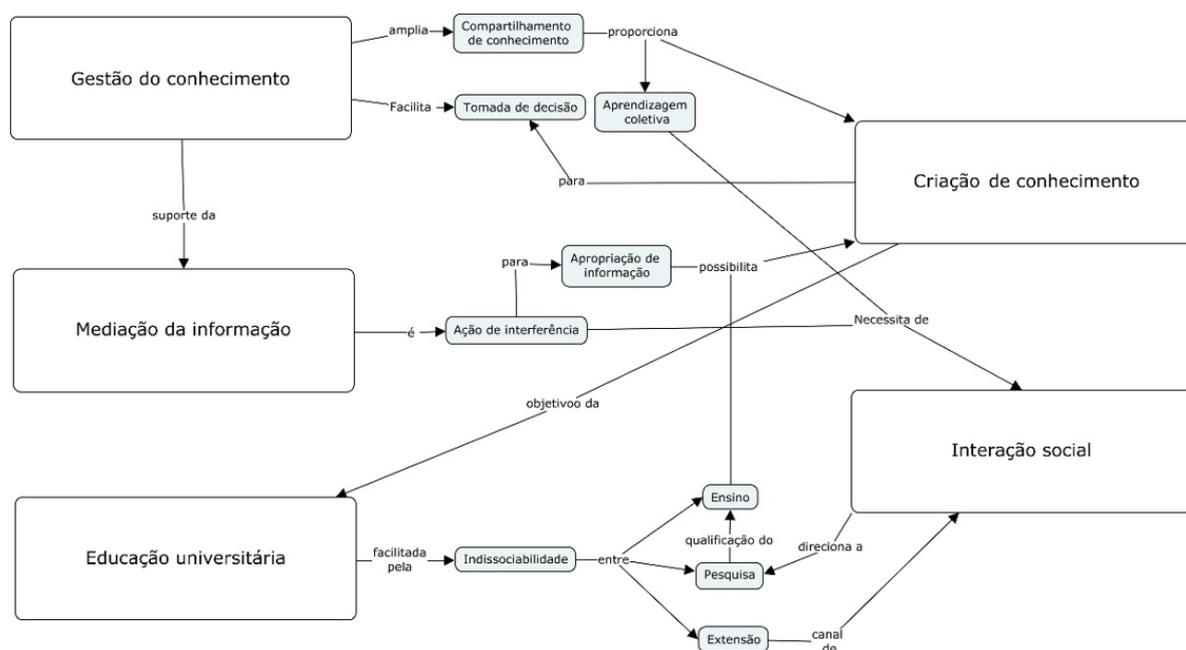
Na educação, vem se consolidando uma proposta pedagógica em que prepondera o conhecimento como processo de construção (CUNHA, 2007). A construção de conhecimento é um momento de desenvolvimento operacional de atividade do aluno, de sua *práxis* (ANASTASIOU, 2003). Assim, defende que a aprendizagem exige interação entre

as condições sociocognitivas e culturais dos estudantes e o conhecimento a ser construído (CUNHA, 2007).

Na Educação Universitária, se destaca a autonomia didático-científica e o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Sendo que a indissociabilidade precisa ter por significado “[...] algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo” (TAUCHEN, 2009, p. 93). Destacando a indissociabilidade com a extensão, vista como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma a universidade e os setores sociais com os quais ela interage (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012).

A partir do referencial teórico foi esquematizado um mapa conceitual com as inter-relações entre GC, Mediação da Informação e Educação Universitária (Figura 1). Destaca-se que o objetivo do mapa não foi a exaustividade dos conceitos apresentados, mas a especificidade referente as inter-relações evidenciadas no referencial teórico.

**Figura 1: Mapa das inter-relações GC, Mediação da Informação e Educação Universitária**



Fonte: Elaboração própria – 2022.

Conforme o mapa conceitual, a GC amplia o compartilhamento de conhecimento, proporcionando a **criação de conhecimento** e a **interação social** para aprendizagem coletiva. Assim, a GC facilita a tomada de decisão.

Para tanto, a GC é um suporte da Mediação da Informação, que é toda ação de interferência que vise a apropriação de informação por alguém. Para isso, necessita da **interação social** para a **criação de conhecimento**, principalmente por meio do ensino-aprendizado.

A Educação Universitária tem por objetivo a **criação do conhecimento**, alcançado pela busca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo este último um canal de **interação com a sociedade** e direcionador da pesquisa e do ensino.

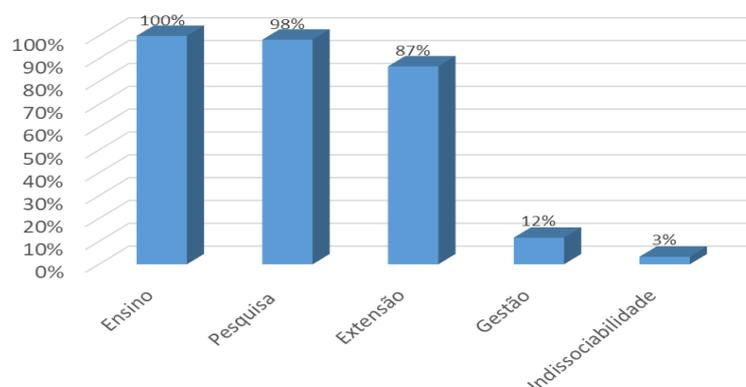
Assim, pode-se inferir que a construção de conhecimento e a interação social são fortes conceitos presentes na GC, na Mediação da Informação e na Educação Universitária.

## 7.2 Atuação docente na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

Para esta pesquisa, considerou-se a entrevista com respostas abertas, o que permite inferir que ao menos uma determinada quantidade de docente tem consciência da atividade em questão, mas, impossibilita afirmar se os demais não têm ou qual proporção de docentes atuam nesta atividade.

A pesquisa buscou identificar, junto aos docentes, as atuações no ensino, pesquisa, extensão e a indissociabilidade entre tais atividades. Deste modo, identificou-se que a maioria dos docentes atuavam nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e, além destas, alguns docentes acrescentaram a atuação na gestão da universidade. Porém, alguns docentes afirmam que a atuação nestas atividades, de forma indissociável, é bastante reduzida (Gráfico 1).

**Gráfico 1: Atividades de ensino, pesquisa e extensão**



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Mesmo assim, é possível considerar que alguns docentes têm a conscientização da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de discursos

que apresentam uma atividade como contribuidora para a outra (3%). “[...] penso que essa integralidade [...] faz, quando ela é bem executada, primeiro, com que avance o conhecimento da área, porque na pesquisa você já traz para o ensino, tem as interlocuções e parte da extensão faz com que o que produz, aqui na universidade, saia da universidade” (Entrevista 1). “Então, o que eu entendo é que são coisas que se complementam, a extensão alimenta a pesquisa, que você leva este dado para dentro da sala de aula, para graduação, para o ensino e, isso aí, vira um ciclo” (Entrevista 20).

Porém, muitos dos docentes que declararam realizar ensino, pesquisa e extensão, relataram, também, realizar tais atividades de modo isolado ou com a articulação entre apenas duas das três atividades. Neste sentido, a partir das respostas dos docentes, identificou-se que em relação à extensão, os docentes tinham “tanto a parte teórica, quanto o acompanhamento dos estudantes nos cenários de prática” (Entrevista 3).

Destaca-se, na atividade de extensão, a atuação dos docentes é de 87%, mas, 60% informaram que a atuação é por meio de projetos independentes da atuação no ensino, envolvendo apenas alunos bolsistas, orientandos e/ou voluntários: “Eu tenho dois projetos de extensão cadastrados. No projeto de extensão [...] não é necessária a participação dos alunos” (Entrevista 44). Mas, também consideram outras formas de atuação na extensão, por exemplo, como ação de divulgação do conhecimento (33,33%): “parte da extensão faz com que o que produz, aqui na universidade, saia da universidade” (Entrevista 1) e como assistencialismo (8,33%): “está muito relacionada a atividades assistenciais da população” (Entrevista 31); “Da parte de extensão, nós temos trabalho de comunidade carente. Principalmente, para higiene, boas práticas da manipulação de alimentos e aproveitamento integral de alimentos” (Entrevista 33). Outro agravante que deixa a extensão como a parte mais frágil do tripé é que, além de ter menor atuação dos docentes, muitas vezes, se restringe a ações esporádicas (18,33%): “sou professor que faz pouca extensão. Farei agora em outra atividade, mas enfim, via de regra, é pouca” (Entrevista 14).

Existem ações que integram a pesquisa com a extensão, cumprindo a função da extensão de identificar as demandas de informação da sociedade e direcionar as pesquisas (11,67%): “a extensão está ligada aos projetos de extensão que eu, também, vínculo com a pesquisa” (Entrevista 20).

O fato de não envolver ou envolver muito pouco os alunos da graduação, também é justificado pela falta de interesse destes (5%): “hoje os alunos da graduação não são os

mesmos de antigamente, ou seja, antigamente eles estavam por aqui e tal. Tinha uma participação mais ativa, hoje não” (Entrevista 25).

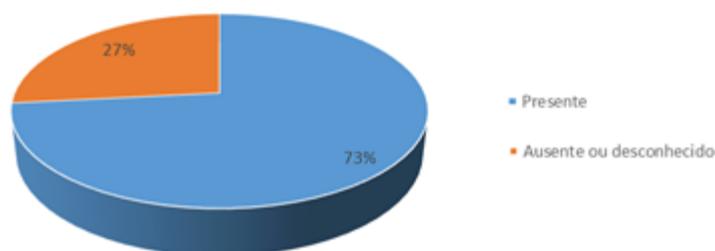
Em relação à definição de prioridade de enfoque, poucos docentes se posicionaram, atingindo a seguinte proporção: 3.33% dos docentes declararam que preferiam atuar no ensino; 5% docentes declararam que preferiam atuar na pesquisa; 0% dos docentes declararam que preferiam atuar na extensão.

É possível afirmar que as atividades de ensino, pesquisa e extensão aparecem, em algumas ações, de forma indissociável, e, na maioria das vezes, de forma fragmentada ou relacionada a uma das atividades. A extensão, aparece em menor proporção em ações esporádicas, mas de modo consciente sobre a sua importância para a divulgação do conhecimento e como fonte de pesquisa. Porém, há uma falta de interesse da graduação em participar das atividades de pesquisa e extensão.

Considerando a extensão na abordagem da indissociabilidade, buscou-se identificar se as disciplinas ministradas pelos docentes da UFG possuíam interação com a sociedade e se essa interação direcionava o transcorrer da disciplina. Apesar de 87% dos docentes terem informado que atuam na extensão, apenas 73% relacionaram as disciplinas com a interação com a sociedade (Gráfico 2).

Sendo este retorno, muitas vezes, consequência da disciplina após a formação do discente. De tal modo, a interação se dava após a disciplina e não em conjunto, portanto, se tem apenas a aplicação do conhecimento e não uma construção a partir da interação com a sociedade: “Só indireto. Porque a sociedade vai ter que esse profissional em algum momento [...]” (Entrevista 34).

**Gráfico 2: Interação com a sociedade**



Fonte: Elaboração própria – 2018.

O objetivo de retornar para a sociedade o que foi produzido na universidade foi, muitas vezes, identificado como assistencialista. O assistencialismo pode ser positivo, ao se tornar um meio de promover a afetividade no discente, conscientizando-o sobre a importância de retribuir para a sociedade: “eu acho que, assim, o conteúdo em si não

interfere tanto, mas por exemplo, o relacionamento com os alunos interfere. Porque eles veem o outro lado. Eles se sentem úteis. Se sentem importantes para a sociedade. Sentem o dever cumprido” (Entrevista 12). Mesmo assim, a extensão exercida apenas como assistencialismo pode ser contraproducente, ao se tornar um meio de interação de via única entre universidade e sociedade, não recebendo da sociedade as informações para direcionamento de novas ações.

Desta maneira, as respostas dos docentes sobre seu papel na transformação da sociedade, possibilitaram observar que o entendimento de extensão, pelo docente, algumas vezes, não era claro. O docente afirmava não fazer extensão: “Extensão não. Basicamente, ensino e pesquisa” (Entrevista 55). Mas, ao ser questionado se sua disciplina possuía interação com a sociedade, foi posto que “eu trago muito daquilo que é produzido pelos profissionais para se discutir em sala, então é uma interação, mas não é presencial”. Assim, se o docente buscava na sociedade questões a serem discutidas, tanto pela pesquisa, quanto pelo ensino, ele não apenas fazia extensão como a fazia de maneira indissociável.

O mesmo ocorria no caminho inverso, com a atuação do docente na extensão: “A extensão está ligada aos projetos de extensão que eu também vínculo com a pesquisa. [...] São coisas que se complementam, a extensão alimenta a pesquisa, que você leva este dado para dentro da sala de aula, para graduação, para o ensino e, isso aí, vira um ciclo” (Entrevista 20), mas não visualizava esta interação com a sociedade: “Direta, não. Porque, veja bem, a disciplina é para ensinar” (Entrevista 20).

Como forma de interação foi citada a contextualização do conhecimento científico com as ações da sociedade (36,67%): “Se não fizer essa conexão da sua disciplina com a realidade deles fica pior ainda” (Entrevista 30). E essa conexão, ocorria tanto por um recorte realizado pelo professor quanto por estágios e práticas do discente: “A gente tem práticas de intervenção no serviço. O aluno tem prática na sociedade. Vê como funciona [...] e a gente em sala de aula aproxima com a teoria” (Entrevista 57).

Como justificativa para a não possibilidade dessa interação foi citada a pequena carga horária das disciplinas (5%): “Teria que remanejar os horários de outros colegas porque o campus é longe para você levar em qualquer local. [...] É muito complicado isso. Então, realmente, eu acho que isso deixa a desejar” (Entrevista 42).

Neste contexto, infere-se que a maioria dos professores busca essa interação com a sociedade. Porém, visando a eficiência desta interação, falta uma conscientização sobre

as formas de interação e as possibilidades de articulação nas atividades de ensino e pesquisa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de conhecimento e a interação social como importantes conceitos para a GC, a Mediação da Informação e a Educação Universitária, bem como a inter-relação de todos estes conceitos, fortalecem o aprendizado nas universidades. A extensão universitária manifesta-se como principal mecanismo de interação social da universidade, porém, por meio das entrevistas realizadas, pode-se confirmar que a extensão ainda se apresenta de forma reduzida, em relação ao demais atividades que compõem o princípio de indissociabilidade nas universidades.

Mesmo com a conscientização da extensão como ação de divulgação do conhecimento e compreensão da necessidade de atuação indissociável das atividades de ensino e pesquisa, algumas vezes, a mesma é vista apenas como assistencialismo, em ações esporádicas, trabalhadas de modo isolado ou com a articulação entre apenas duas das três atividades.

De tal modo, a interação com a sociedade nem sempre ocorre em conjunto com o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, visando apenas a aplicação do conhecimento e não uma construção a partir desta interação.

Por meio da análise, foi possível atingir o objetivo da pesquisa ao evidenciar que as ações de interação social e de criação de conhecimento são as principais inter-relações nas atividades de GC, a Mediação da Informação e a Educação Universitária. Porém, destaca-se a necessidade destas atividades atuarem de modo complementar, pois, ainda há pouca conscientização sobre as formas de interação com a sociedade para a ampliação da criação de conhecimento no contexto das universidades. Destacando a necessidade de estudos que apresentem a GC e a Mediação da Informação como protagonistas para o fortalecimento da extensão e, principalmente, da indissociabilidade com o ensino e pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, mediação e apropriação da informação. *In*: SANTOS, J. P. (org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

ANASTASIOU, L. G. C. **Processos de ensinagem na universidade**. Joinville: UNIVILLE, 2003.

ANASTASIOU, L. G. C. Docência na educação superior. *In*: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (org.). **Docência na educação superior**. Brasília: Inep, 2006. p. 147-171.

ANDES. **Cadernos ANDES**: proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira. 4. ed. n. 2. Brasília: ANDES, 2013. Disponível em:  
<https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BELLUZZO, R. C.; FERES, G. G. A mediação da informação para o setor produtivo como recurso estratégico na sociedade do conhecimento. *In*: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 10, 2003, Bauru. **Anais [...]**. Bauru, 2003.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 233f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

CUNHA, M. I. da. Pesquisas e qualidade no ensino: aprendizagens e possibilidades na educação superior. *In*: ENGERS, M. E. A.; MAROSINI, M. C. (org.). **Pedagogia universitária e aprendizagem**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 167-177.

DAMIAN, I. P. M.; CABERO, M. M. M. Inter-relações entre gestão do conhecimento e memória organizacional. **Palavra Clave**, Argentina, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/148768>. Acesso em: 17 abr. 2022.

DAMIAN, I. P. M.; MORO-CABERO, M. M. Modelos de gestão do conhecimento voltado às características da memória organizacional. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 157-180, out. 2021. ISSN 1981-8920. Disponível em:  
<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39996>. Acesso em: 17 abr. 2022.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FADEL, B.; ALMEIDA, C. C.; CASARIN, H de C. S.; Valentim, M. L. P.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. de; BELLUZZO, R. C. B. Gestão, mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em:  
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso

em: 17 abr. 2022.

MARTINS, L. M. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. *In*: PINHO, S. Z. (coord.). **Oficinas de estudos pedagógicos: reflexão sobre a prática do Ensino Superior**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2008. p. 73-86.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OTTONICAR, S. L. C.; BASSETTO, C. L.; FERES, G. G. O papel do gestor sob a ótica da mediação da informação: um estudo de caso em uma empresa de consultoria em gestão. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015. **Anais** [...] Marília: Unesp, 2015. Disponível em: <http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/view/7/29>. 17 abr. 2022.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002. v.1.

RODRIGUES, A. D. **Dicionário breve da informação e da comunicação**. Lisboa: Presença, 2000.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. do. Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103, 121, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323/45994>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SANTOS NETO, J. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SANTOS NETO, J. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; VALENTIM, M. L. P. Sociedade da Informação, do conhecimento ou da comunicação? a questão da apropriação da informação. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 5., 2013. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2013/secin2013/paper/view/102>. Acesso em: 17 abr. 2022.

STEWART, T. A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão**. 2009. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3624/1/418585.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

VALENTIM, M. L. P. A construção de conhecimento em organizações (1). **InfoHome**, Londrina, 2003. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=75](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=75). Acesso em: 17 abr. 2022.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119521>. Acesso em: 17 abr. 2022.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Libertad, 1994.